



22 de outubro de 2019

**A CORRENTE PROLETÁRIA TRABALHA
PELA CONVOCAÇÃO DO ATO JUNTO AOS
FUNCIONÁRIOS.**

Contatos: www.pormassas.org / e-mail: por@pormassas.org

NESTA EDIÇÃO:

*- Chega de passividade!
Chega de decisões on-line!
Retomemos nossos métodos
de luta para enfrentar os
governos e conquistas nossas
reivindicações.*

Por uma Assembleia geral presencial, democrática e amplamente convocada

Nesses sete meses de isolamento social, as condições de vida e trabalho dos funcionários das escolas pioraram. As perdas salariais são enormes. Nosso salário perdeu ainda mais o poder de compra. Os preços dos alimentos básicos tiveram um aumento. Somam-se a isso, a exorbitante elevação, durante a pandemia, de gastos com energia elétrica e remédios. Mas os problemas não param aí. O retorno gradual e agora total de funcionários se deu em um quadro de profundo abandono das escolas. Se há 7 meses, as condições de trabalho eram péssimas, nesse momento, se agravaram. Se antes, a pressão dos diretores sobre os funcionários já era grande, agora, triplicou. Não por acaso, uma parcela considerável de funcionários vê na remoção uma forma de amenizar essa pressão e exploração por parte dos que comandam as unidades escolares.

Nesse sentido, a remoção comparece como um paliativo diante de funcionários extremamente pauperizados, submetidos à violenta exploração e, cada vez mais, adoentados. Os governos do PSDB, desde Alckmin, têm imposto a remoção compulsória. Transferem, assim os funcionários considerados excedentes. Para isso, se apoiam na extinção dos cargos e no fechamento das salas de aulas. O desprezo de Doria em abrir as inscrições para a remoção, não é pelo fato deste ser “coração de pedra”, mas porque, desde 2011, implantou definitivamente as empresas terceirizadas no setor. Agora, aproveitou a pandemia para impor o teletrabalho, abrindo mais ainda o caminho para a privatização do setor administrativo (AOE). O secre-

tário da Educação, Rossieli, não faz senão dar continuidade a essa política de cortes de gastos da educação pública. Lembremos da recente aprovação do PL 529, que privatizou serviços essenciais, criou o PDI (programa de demissão de servidores) e avançou no fim da estabilidade, importante conquista do funcionalismo.

Depois de 7 meses de violentos ataques, a direção da Afuse convocou um ato presencial em frente à Secretaria da Educação. Mas não tem feito nenhum esforço para que seja massivo, o que implica paralisar os que já estão trabalhando. Certamente, pretende fazer um ato restrito aos dirigentes do sindicato e alguns representantes de escolas. Um ato para ter força, necessita ser massivo e democrático.

A Corrente Proletária trabalha pela convocação do ato junto aos funcionários. E defende que esse ato aprove a convocação de uma assembleia geral, amplamente convocada. Uma assembleia que tenha como objetivo organizar e aprovar as reivindicações que unificam os funcionários efetivos e os trabalhadores terceirizados das escolas. Uma assembleia que unifique os professores, funcionários, estudantes e pais em defesa da educação pública e contra todas as medidas privatizantes tomadas, principalmente, durante a pandemia, entre elas o teletrabalho e o ensino a distância. Está aí por que o ato não deve se limitar ao problema da remoção.

Os problemas são graves e as decisões devem ser coletiva e presenciais. Chega de passividade! Chega de decisões on-line! Retomemos nossos métodos de luta para enfrentar os governos e conquistas nossas reivindicações.